



Jornal Notícias

01-01-2016

Periodicidade: Diário
Classe: Informação Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 110603

Temática: Justiça
Dimensão: 2221
Imagem: S/Cor
Página (s): 1/12/13

Sexta-feira 1 de janeiro 2016 • www.jn.pt • €1,30 • N.º 214 • Ano 128 • Diretor Afonso Camões • Diretor-executivo Domingos de Andrade • Subdiretores David Pontes e Inês Cardoso • Diretor de Arte Pedro Pimentel

● Observatório de Economia e Gestão de Fraude estima que corrupção e evasão fiscal cresçam anualmente quatro mil milhões p. 12 e 13

Crime económico rouba 50 mil milhões por ano

Justiça



120

mil milhões de euros

Os dados disponíveis apontam que o crime económico tem um valor anual estimado de 120 mil milhões de euros na União Europeia. Esse número apenas quantifica o valor dos ilícitos cometidos na esfera das entidades públicas, excluindo o setor privado. O número de 50 mil milhões, calculado para Portugal, engloba os setores público e privado.

Droga Rede de "Vitor do Ouro" negociou 2 milhões

As autoridades portuguesas e espanholas estimam que a rede em que surge envolvido Vitor Cardoso, o português conhecido por "Vitor do Ouro", recentemente preso, tenha movimentado mais de dois milhões de euros em drogas. Branqueamento de capitais é um dos crimes investigados.

Observatório Mais dinheiro proveniente de corrupção, fraude fiscal, tráfico de drogas, branqueamento de capitais e economia paralela

Crime económico desvia 50 mil milhões por ano

Alexandre Panda
policia@jn.pt

► É um número que peca por defeito. E muito. Mas os investigadores do Observatório de Economia e Gestão de Fraude (Obgef), da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, calculam que o crime económico tenha um "volume de negócio" anual de cerca de 50 mil milhões de euros e a tendência é de crescimento a uma média de três a quatro mil milhões de euros/ano. Vai desde a fuga ao IVA de um simples café até às grandes fraudes, à corrupção, ao tráfico de drogas ou à evasão fiscal.

Relatórios de universidades e de observadores independentes e internacionais apontam para um crescimento do crime chamado de "colarinho branco". E é o setor financeiro que surge na primeira linha, associado à evasão fiscal e ao branqueamento de capitais decorrentes da corrupção, entre outros ilícitos criminais. "O crime económico acaba por interligar muitas atividades. Digo muitas vezes que o tráfico de droga também tem a vertente económica, por exemplo no branqueamento de capitais. O próprio terrorismo, que é financiado pelo tráfico de pessoas ou de estupefacientes e pelo branqueamento de capitais, abarca o crime económico. Combater esse crime pode ser combater o terrorismo", explicou ao JN Aurora Teixeira, do Obgef, constatando que a esmagadora maioria do dinheiro proveniente do crime tem de passar pelo setor financeiro.

Logo a seguir à banca, surgem, segundo a investigadora, as atividades ligadas a tecnologias da informação e comunicação, como as fraudes ou burlas com cartões ban-

cários, incluídas na cibercriminalidade económica. Há ainda a venda a retalho, onde a fuga ao controlo da máquina fiscal aparece sob a forma de manipulação de preços ou pela simples não declaração.

"Apesar de englobar a questão do autoconsumo, a chamada economia não registada (ERN) em Portugal compreende essencialmente atividades ilegais. Assim, é correto afirmar que, por defeito, o crime

económico representa cerca de 50 mil milhões. Este conceito de crime económico é muito difícil de mensurar. Sabemos que dentro do crime económico existem muitas atividades ilegais, mas o que nós tes-

mos conseguido medir é mais a face da corrupção e da economia informal, que são sempre ilícitos fiscais", adiantou a investigadora.

"Apesar de nos alarmarmos muito com a questão dos 50 mil milhões, a questão é que isto está longe de ser efetivamente o valor real do crime económico. Apenas estamos a conseguir medir uma parte daquilo que é o crime económico", explica Aurora Teixeira. "O que nós podemos ter a certeza é que a importância económico-financeira e social das atividades que estão no crime económico é de uma magnitude enorme. Todos os especialistas são unânimes em reconhecer que, apesar de não existirem métricas ou número rigoroso para quantificar o fenómeno, ele é de facto muito mais vasto do que aquilo que possa ser a nossa mais alta estimativa", explica. ●



"A falta de coordenação entre diferentes áreas, quer penal, quer administrativa e fiscal, é um grande obstáculo ao combate ao crime económico"

Aurora Teixeira,
professora universitária



Aurora Teixeira, investigadora do fenómeno do crime económico



Jornal de Notícias 1 de janeiro de 2016

35,5

milhões de euros

foram apreendidos em dois anos pelo Gabinete de Recuperação de Ativos da PJ, na sequência de investigações patrimoniais em 23 processos-crime. Tratava-se de património não justificado que foi confiscado – dinheiro, carros imóveis e outros bens.

BES Comissões de 5% para esconder dinheiro

De acordo com o Departamento de Investigação e Ação Penal, o Grupo Espírito Santo cobrava uma comissão de 5% sobre o capital dos clientes que queriam esconder o dinheiro em paraísos fiscais. Se alguém quisesse esconder, por exemplo, 50 milhões, o banco cobraria 2,5 milhões. A Esger, empresa do Grupo Espírito Santo foi acusada de fraude fiscal por esse motivo.

pormenores :

Leis e meios não chegam

● O Código Penal e restante legislação não é capaz de combater o crime económico com eficácia, de acordo com a investigadora Aurora Teixeira, que acredita na necessidade de adaptar as leis à realidade atual. Os recursos humanos e meios disponíveis também não são suficientes.

Economia não registada

● A economia não registada inclui a economia paralela (oculta ou subdeclarada), que, por definição, corresponde às transações que escapam à contabilidade declarada ao fisco por razões predominantemente fiscais. Inclui também a economia ilegal.

Manipulação de preços



● 37,5% dos portugueses garantem já ter sido vítimas de manipulação de preços por parte de comerciantes. O valor dos artigos é aumentado imediatamente antes de serem postos à venda em saldos. Os números provêm de um estudo da Universidade do Porto.

26,81%

O peso da economia paralela subiu em 2013 para o valor recorde de 26,81% do PIB, equivalente a 45,9 mil milhões de euros ou 60% do empréstimo pedido à troika, segundo o índice da economia não registada elaborado pelo Obegef.

Cibercrime aumenta

● Relatórios publicados por diversas entidades apontam no sentido do aumento da cibercriminalidade. Fraudes com cartões bancários ou roubo de dados para além da burla informática, para desviar dinheiro, são dos crimes mais em voga.

flash :



João Paulo Batalha
 Diretor-executivo da Transparência e Integridade

“Há uma cultura de impunidade”

A criminalidade económica está muito enraizada em Portugal?
 É muito difícil dar uma resposta taxativa, mas a estimativa do Observatório de Economia e Gestão de Fraude mostra que há muita opacidade e criminalidade. Isto mostra outro problema que é a ineficácia da justiça. Não só no Ministério Público como nas entidades reguladoras. Vimos agora o caso do Banif ou do BES, em que a atividade bancária não era devidamente acompanhada.

Temos meios suficientes para combater a criminalidade?

O Ministério Público (MP) não tem meios suficientes, sobretudo na atividade ligada à corrupção. Está a demonstrar uma grande vontade de combater a criminalidade económica, sem receio de investigar grandes figuras do Estado, mas não tem meios humanos suficientes. Também não tem capacidade para realizar as perícias contabilísticas, financeiras ou informáticas nos timings necessários. Para além do MP, existe falta de recursos nas entidades reguladoras, onde também não há capacidade para partilhar informação e para coordenar ações. Ou seja, não dão ao Estado a eficácia que deveria ter, e acaba por haver uma cultura de impunidade e incentivos à criminalidade por não existir um sentimento de punição.

Os níveis de corrupção são muito elevados em Portugal?

90% dos portugueses acham que somos um país corrupto ou muito corrupto e há também observadores internacionais que apontam para altos níveis em Portugal. A Transparency International deve emitir o próximo relatório no final do mês de janeiro, mas o último punha o nosso país no meio da tabela, e tem vindo a cair. Existe o sentimento de que houve uma captura das grandes empresas energéticas ou de construção civil por parte de elementos corruptos. Também há deputados que saem da política e vão para privados, com inúmeros conflitos de interesse. Já em relação à pequena corrupção, não temos grandes problemas. O funcionário que a troco de dinheiro fazia um favor tem tendência a desaparecer.

Quais são os custos para a sociedade?

São muito difíceis de medir. São estimativas sempre feitas por baixo. Mas para além dos custos económicos objetivos, como os 50 mil milhões de euros, há custos de oportunidades. Há menos dinheiro disponível e capacidade de investimento. Há também outros custos, como o investimento nacional ou internacional que se perde por haver a reputação de corrupção. Existem ainda os custos de confiança. O impacto nas pessoas que, por exemplo deixam de votar ou de acreditar na nossa democracia e também na nossa economia.